

OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO, CRISE DE IDEIAS E OS PROJETOS DE ALINHAMENTO PARA A ESPLANADA DO CASTELO DO RIO DE JANEIRO (1920-1926)

Thiago Santos Mathias da Fonseca ¹

RESUMO

Com o arrasamento do Morro do Castelo, marco fundacional da cidade do Rio de Janeiro, grande área esvaziada se formou sob a projeção da antiga elevação e no aterro formado pelos detritos da demolição; tal recorte espacial foi objeto de sucessivos projetos de alinhamento aprovados pela Prefeitura. Nesse contexto, o presente trabalho busca analisar os projetos promulgados pela municipalidade mediante breve análise de morfologia, bem como contextualização perante legislação e periódicos da época. Constataremos a repetição do *modus operandi* de abordagem fragmentária do território, próprio da tipologia de projetos de melhoramentos, bem como as pressões sofridas pelos agentes envolvidos. Por fim, perceberemos, diante de um impasse referente à melhor estratégia a ser adotada na área central, a construção do entendimento de que a então capital federal necessitava de um plano urbano abrangente.

Palavras-chave: Morro do Castelo, Calabouço, Urbanismo, Projetos de Alinhamento, Rio de Janeiro.

RESUMEN

Con la demolición del Morro do Castelo, centro fundacional de la ciudad de Río de Janeiro, se formó un gran espacio vaciado bajo el perímetro del antiguo alzado y en el terraplén formado por los escombros de la demolición. Este espacio fue objeto de sucesivos proyectos aprobados por el Ayuntamiento. En este contexto, el presente trabajo busca analizar los proyectos autorizados por el municipio a través de un breve análisis de la morfología urbana, así como una contextualización en relación a la legislación y publicaciones periódicas de la época. Observaremos la repetición del *modus operandi* de aproximación fragmentada al territorio, propio de la tipología de “projetos de melhoramentos”, así como las presiones que sufren los agentes implicados. Finalmente, notaremos, dado un estancamiento sobre la mejor estrategia a adoptar en la zona central, la construcción del entendimiento de que la entonces capital federal necesitaba un plan urbano integral y general.

Palabras clave: Morro do Castelo, Calabouço, Urbanismo, Proyectos urbanos, Río de Janeiro.

INTRODUÇÃO

O modelo cafeeiro oligárquico no qual estavam baseadas a política e a economia brasileira passou a demonstrar desgaste após o fim da Primeira Guerra Mundial, quando a retração econômica oriunda do conflito se fez sentir junto às elites, as quais lançaram mão de

¹ Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense – UFF; especialista em Patrimônio Cultural pelo CEFET/RJ; Pós-Graduando do Curso de Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural Edificado da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ/PE; atual Chefe de Divisão da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro; thiagosmfonseca@gmail.com.

sua influência no governo para propor uma série de medidas visando estabilizar a economia (BUENO, 2003). Tal atitude propiciou o descontentamento dos círculos políticos excluídos da aliança entre São Paulo e Minas Gerais, bem como entre os militares, que voltaram fortalecidos da Guerra. Paralelamente, verifica-se nesse período que a atmosfera de transformações reforçou o simbolismo relativo à construção da nacionalidade, e provocou processo de reinterpretação da história brasileira, de certo modo reforçada pela exacerbação do nacionalismo de vários dos movimentos de contestação então em curso (Ibidem, 2003).

Nesse contexto, a lógica de construção de nacionalidade associada às reformas urbanas, presente no Rio de Janeiro desde a Reforma Pereira Passos no início do século XX, ganhou novo impulso em 1922, quando aconteceu a Exposição Internacional do Centenário da Independência. O ano foi pontuado por ocorrências consideradas como marcas de uma nova fase na história brasileira, como a fundação do Partido Comunista, o Levante dos 18 do Forte e a Semana de Arte Moderna (MOTTA, 1992, apud RIBEIRO, 2018). A Feira, inaugurada em 07 de setembro de 1922 e encerrada em 02 de julho de 1923, espalhou-se por pavilhões construídos especialmente para a ocasião na área correspondente à Avenida das Nações (atual Presidente Wilson) no Rio de Janeiro. O principal objetivo era a exibição dos “progressos da nação e nossa potencialidade na promoção de intercâmbio cultural e comercial e, assim, valorizar nossos produtos e ao mesmo tempo trazer ao conhecimento do povo as novidades dos outros países” (MARTINS, 1987, apud RIBEIRO, 2018).

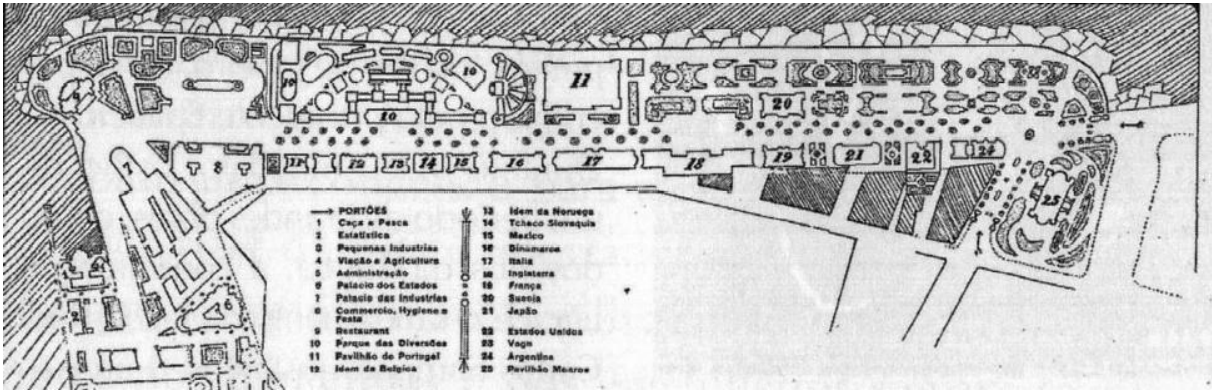
Diante dessa conjuntura exibicionista, à questão urbana foi conferido a papel protagonista. O prefeito, Carlos Sampaio (1920-1922), valendo-se da mobilização gerada pela Exposição, associou uma série de obras de melhoramentos da cidade às festividades de 1922, lançando mão da justificativa da presença de várias delegações estrangeiras. Percebe-se a ênfase da ideia de reforma urbana como potencializadora de uma imagem que se pretendia civilizada dentro de uma lógica eurocêntrica. Em relação ao Rio, então na qualidade de capital federal, havia a expectativa de que atuasse como arquétipo de um país que se modernizava:

Criar um Brasil moderno implicava construir um locus de modernidade, que não só servisse de guia e modelo para o resto do país, como também se tornasse o cartão de visita da “nova” nação junto ao mundo “civilizado”. É nesse sentido que entendemos [...] os acirrados debates que acompanharam a reforma do centro urbano da capital federal por ocasião das festas do Centenário (MOTTA, 1992, p.116)

Dessa maneira, realizou-se uma série de intervenções dentre as quais a de maior magnitude foi a demolição do Morro do Castelo. Tal projeto já era discutido desde o século XIX, e o próprio Carlos foi dono da Cia do Arrasamento do Morro do Castelo em 1891 (ibidem); com a iminência do Centenário da Independência, o prefeito usou a imagem do Morro



como ‘dente cariado’ na linda boca que era a Baía de Guanabara” (RIBEIRO, F. 2018), associando-o ao atraso, utilizando-se do evento para legitimar o seu desmonte. O perímetro que correspondia ao Morro foi o local escolhido para a instalação dos pavilhões, ordenados por plano urbanístico elaborado por Archimedes Memória e Francisque Cuchet (figura 1).



Figuras 1 e 2: acima, o projeto para o ordenamento dos pavilhões da Exposição de 1922; abaixo, imagem aérea do aterro formado pelos escombros do Morro do Castelo, de autoria de S. M. Holland, 1930 c. **Fonte:** PIMENTEL, 2016.

A maioria das construções projetadas para a ocasião tinha caráter provisório, de modo que, à medida em que a exposição acabou, uma vasta área deliberadamente esvaziada tomou forma em pleno Centro da cidade (figuras 2 a 5). A partir de então, começou um longo processo visando sua (re) ocupação, o qual se estende em seu período mais intenso até os anos 60.

Para o escopo deste trabalho, interessa o recorte temporal compreendido entre 1920 e 1926, que compreende a aprovação do primeiro projeto de alinhamento para a região (1920) e o ápice do impasse gerado pelas opiniões divergentes sobre a diretriz de ocupação da área (1926). Compreendendo o cenário mais amplo de discussões sobre urbanismo que começavam a fervilhar na cidade, recorreu-se a documentos cartográficos e urbanísticos oriundos de

projetos oficialmente promulgados pelo poder público no sentido de compreender como as intenções sobre o território se traduziram por meio de ideias jamais levadas a cabo, porém, registradas por plantas de urbanização e projetos de alinhamento atualmente armazenados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Tais plantas compõem o acervo de Projetos de Alinhamento a Arruamento da cidade, que ditam a organização das ruas, quadras e, eventualmente, massa edificada do tecido urbano, e estão disponíveis de maneira pública no site da Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo tanto para fins de pesquisa histórica, quanto para subsidiar a elaboração de projetos para licenciamento junto à municipalidade.

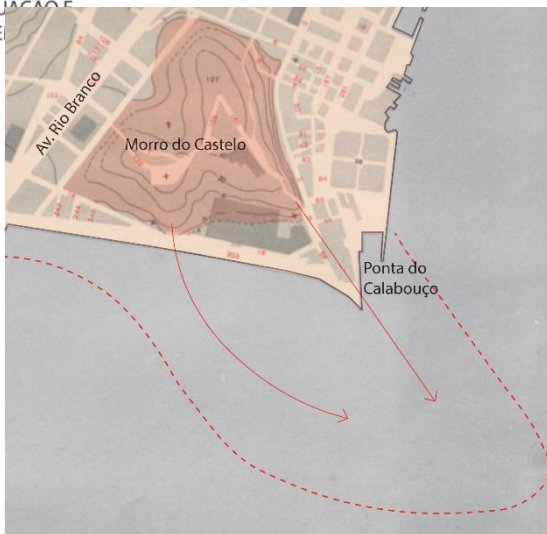
Por outro lado, considerando a natureza gráfica do material de pesquisa, fez-se necessário compreender o contexto e o discurso dos atores envolvidos. Para tanto, a estratégia metodológica utilizada foi o levantamento de pesquisas junto a acervos periódicos e legislações, que forneceram evidências escritas sobre o ideal das equipes responsáveis pelos projetos, bem como preencheram eventuais lacunas de algumas plantas oficiais. Veremos, ao sequenciar os projetos analisados, evidente sobreposição de ideais distintos de cidade, bem como acirrada disputa para definição da forma urbana. De forma semelhante, perceberemos que as intenções de cidade retomam a metodologia utilizada desde meados do século XIX – ou seja, projetos de melhoramentos de natureza fragmentada com preocupações sobretudo de ordem estética. Por fim, diante da falta de consenso à época sobre a abordagem a ser escolhida, assistiremos à construção da consolidação do entendimento de que o Rio de Janeiro necessitava de um projeto urbano de características gerais e abrangentes.

METODOLOGIA

Neste trabalho, utilizou-se a leitura e interpretação das peças cartográficas existentes na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano da cidade do Rio de Janeiro, que guarda em seu sítio eletrônico² a sequência de projetos que define a forma urbana das quadras e ruas da cidade. De maneira paralela, a leitura dos periódicos da década de 1920 mediante a hemeroteca digital da Biblioteca Nacional³ permitirá melhor compreensão da natureza das discussões intelectuais que cercavam as proposições, bem como os pontos de inflexão. Finalmente, a revisão bibliográfica – ver seção relativa ao referencial teórico – auxiliará a localizar as reflexões deste trabalho frente aos debates já realizados na historiografia do urbanismo.

² Disponível em: <https://acervoimagens.rio.rj.gov.br/consultaPrincipal.asp>; acesso em 04/05/2023.

³ Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>; acesso em 04/05/2023.



Figuras 3, 4 e 5: (acima) mapas comparando tecido urbano e linha da costa antes e depois do arrasamento do Morro do Castelo. (abaixo) aerofoto de 1928 mostrando área sob projeção do antigo morro (esquerda) e aterro (direita). **Fonte,** respectivamente: BARREIROS, 1965, com modificações de Thiago Fonseca, para 3 e 4; Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, montagem das fotos BR+RJ.AGCRJ.PDF.DSG.AER.01.20 e BR+RJ.AGCRJ.PDF.DSG.AER.01.21.

Para fins de convenção, este trabalho fará menção a duas áreas. A primeira delas pode ser definida pela poligonal formada pelo antigo Morro do Castelo, e que se tornou plana e esvaziada a partir da demolição da elevação por ocasião dos festejos de 1922. A segunda é um aterro contíguo à área do antigo morro, e foi formada apenas a partir de 1922 pelo material resultante da demolição. Eventualmente, para a última será feita referência ao toponímico “Calabouço” em função da proximidade com a antiga Ponta do Calabouço, extinta por ocasião do aterro (ver imagens 3 a 5).

REFERENCIAL TEÓRICO

Lúcia Silva (2005), ao examinar as iniciativas do poder público carioca entre 1920 até a Era Vargas, destaca que no âmbito temático-temporal deste trabalho dois entendimentos se construíram: um deles é a falta de consenso em relação ao referencial de forma urbana para a ocupação da área sob a projeção do antigo Morro do Castelo e, principalmente, a área de aterro lindeira criada com o material do desmonte. O outro é a consolidação da demanda de um projeto urbano amplo que se contrapunha às abordagens fragmentadas propostas pela prefeitura do

Distrito Federal desde meados do século XIX, como o Plano Beaurepaire, por meio da tipologia usualmente autodenominada “plano de melhoramentos”.

Naylor Vilas Boas e Roberto Segre (2007) defendem que as propostas de ocupação para a área refletem a disparidade das opiniões sobre o Castelo. De forma semelhante, esse conflito, segundo os autores, faz parte de uma lógica não linear que fomenta discussões urbanísticas as quais culminam na contração do Plano Agache, entregue em 1930, considerado como precursor do formato do plano diretor no Brasil, e que se insere nesse processo histórico, sintetizando as várias ideias que circularam sobre o tema.

De fato, os debates havidos nesse período dialogam com o fortalecimento e consolidação do urbanismo enquanto campo do conhecimento no Brasil (FONSECA, 2019). Por um lado, percebe-se tendência geral de inspiração nas premissas da forma urbana oriundas das discussões francesas do início do século, cuja corrente mais significativa Lamas (2007) denomina como “urbanismo formal”. São projetos que preconizam o sistema viário como ordenadores da ocupação do território e utilizam com profusão alguns elementos como rotatórias e vias arteriais diagonais que levam a elas, esquinas chanfradas e sequência de ruas em leque. Por outro, apesar da afinidade formal, as discussões teórico-conceituais iniciadas nos anos 1910, próprias da realidade francesa e que apontam para o nascimento de uma ciência relacionada à produção das cidades, não se refletem, nesse momento, na produção estudada neste trabalho, ainda que, com as análises das colunas e notícias nos periódicos, verifique-se o progressivo afinamento do discurso e apontamentos que começam a induzir à leitura e investigação da urbe a partir de uma ciência independente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: A HISTÓRIA DE UM VAZIO

A nova área disponível no Centro após a demolição do Morro do Castelo sofreu grande especulação imobiliária. Isso foi potencializado, no contexto dos anos 1920, pela introdução do concreto armado no Rio de Janeiro, que propiciou o surgimento de nova dinâmica de apropriação do espaço pela arquitetura por meio da verticalização. Assim, nessa época, foram construídos prédios altos, ainda que com gosto classicizante, no Centro (PEREIRA, 1996), principalmente nos quarteirões adjacentes à Praça Floriano Peixoto opostos à Biblioteca Nacional, que se localizavam junto a ruas estreitas. Sobre eles, Boas (2007) aponta que se contrapõem às tipologias até então existentes na capital e buscam emular um ideal de modernidade de origem estadunidense, e não francês, como então habitual.

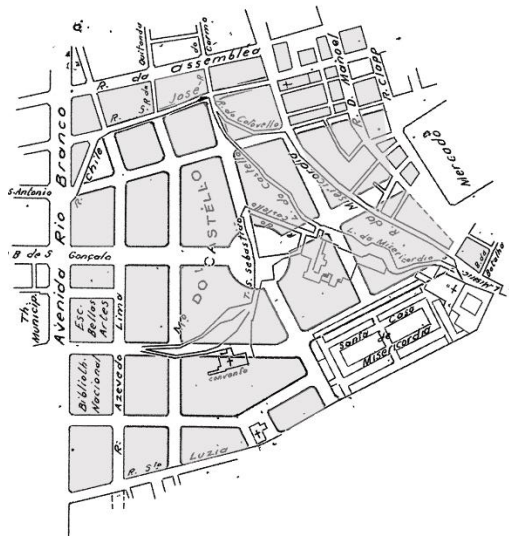


Figura 6: Projeto de Alinhamento nº 1.355, de agosto de 1920. **Fonte:** SMPU, com modificações de Thiago Fonseca.

As propostas aprovadas para a urbanização do Castelo refletem a tensão e a disputa para atender os interesses dos agentes envolvidos: só no governo de Carlos Sampaio foram promulgados para a área três projetos antes mesmo da finalização da demolição do Morro, que apenas seria efetivada em 1922⁴. O primeiro deles, o Projeto de Alinhamento 1.355, foi ratificado em 17 de agosto de 1920 pelo Decreto nº 1.451⁵, e propõe arruamento para a área imediatamente sob a projeção da elevação (figura 6). O seu partido busca articular o tecido existente e os novos quarteirões propostos, de modo que os eixos viários não são retilíneos na medida em que apresentam as angulações necessárias para fazer as concordâncias com as ruas existentes. Em relação às áreas edificadas, o conjunto não aponta no sentido de monumentalidade, mas demonstram um exercício de composição de quarteirões regulares, homogêneos e racionais, onde a caixa média das ruas seria maior do que o usual da cidade. Nesse contexto, a praça circular evidencia o esforço de criação de centralidade na região, que seria constante nas propostas subsequentes, como veremos.

O segundo projeto aprovado na gestão Sampaio, o PAA 1.385 (figura 7), referendado em 9 de março de 1921 pelo Decreto nº 1.529⁶, traz nova proposta que, em primeiro momento, não destoa significativamente das premissas gerais das anteriores. Contudo, um olhar mais profundo revela que essa versão mantém a rigidez típica de uma malha ortogonal, o que traz problemas de compatibilidade de inserção do tecido existente com o novo, sobretudo junto aos

⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/noticias/o-desmonte-do-morro-do-castelo>; acesso em 27/10/2023.

⁵ *Collecção Leis Municipaes e Vetos*, ed. 44, 1921, p. 398.

⁶ *Collecção Leis Municipaes e Vetos*, ed. 45, 1921, p. 390.



remanescente do sopé do morro na Rua São José. A interface mais compatível, que é o limiar junto à Av. Rio Branco, é costurada a partir da previsão de uma grande avenida, a mais larga do conjunto, que correspondente à atual Av. Almirante Barroso, e que constitui o eixo de maior interesse do projeto. Por outro lado, as poucas ruas diagonais são exploradas por duas vias que enfatizam a presença da praça circular, cuja ideia, oriunda do projeto anterior, se mantém no mesmo lugar, e uma segunda praça – esta em formato semicircular – é adicionada. Interessante notar a incorporação de novo elemento à representação, que é a área de aterro resultante do Morro, a qual nesse momento figura vazia, o que evidencia que para ela, até então, não havia proposição oficial aprovada.



Figura 7: Projeto de Alinhamento nº 1.385, de março de 1921. **Fonte:** SMPU, com modificações de Thiago Fonseca.

Menos de dois meses depois, foi aprovado em 30 de abril de 1921, pelo Decreto nº 1.551⁷ o PAA 1.398 (figura 8) o qual, mantendo o arruamento do alinhamento anterior, apresenta a primeira proposta oficializada para parte do aterro do Calabouço. A solução pode ser lida em três partes distintas. A primeira seção sob a antiga projeção do Morro do Castelo era idêntica ao PAA 1.385. A segunda, na área de aterro, apresenta fortes traços ortogonais e homogêneos, cortados por uma única diagonal, e os quais, de acordo com Boas, “revelam uma iniciativa para a ocupação da área de forte caráter especulativo” (2007, p. 100); de fato, a grade viária proposta, pelas suas dimensões e conformação, permitem adensamento. Em contrapartida, foi idealizado jardim de aspirações românticas na direção da Glória, e o todo revela a sobreposição de três recortes independentes e pouco articulados: as quadras maiores na antiga projeção do morro; o jardim e a malha ortogonal do aterro. Existe o que pode ser considerada uma tentativa de costura através da criação de duas avenidas diagonais e

⁷ Collecção de Leis e Vetos Municipaes, ed. 45, 1921, p. 480.



concorrentes à Av. Presidente Wilson, que se encontram junto ao hospital da Santa Casa, contudo, a ausência de um elemento de arrematação fragiliza a potência da composição. Por outro lado, no fim da Av. Rio Branco, há praça onde transparece a ideia de uma centralidade que seria comum aos planos da época para a região.

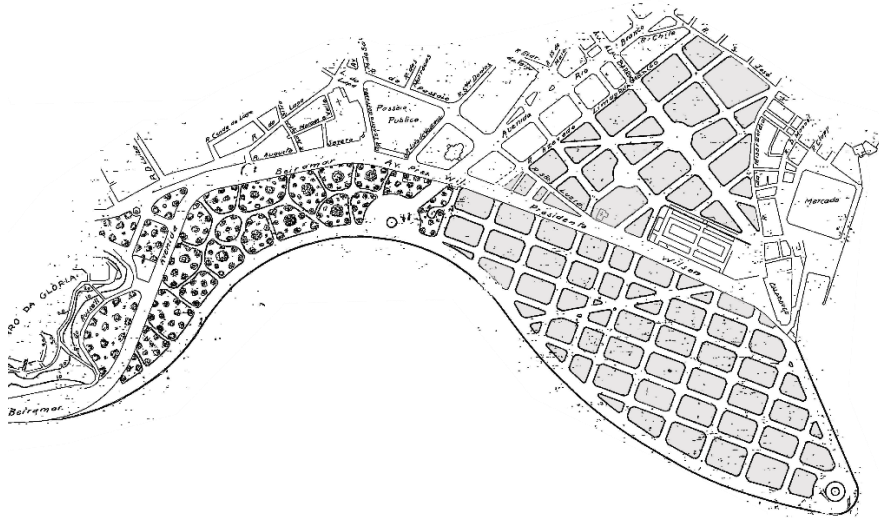


Figura 8: Projeto de Alinhamento nº 1.398, de abril de 1921. **Fonte:** SMPU, com modificações de Thiago Fonseca.

O decreto⁸ que aprovou PAA 1.398 traz alguns elementos que induzem reflexão mais aprofundada, e cuja redação vale a pena transcrever:

Art. 1º Fica aprovado o traçado para a construção de um cais, entre a Ponta do Calabouço e o morro da Glória, em linha curva, concordando com o já existente da Avenida Beira-Mar, aterro, embelezamento e arruamento da faixa resultante, tudo de acordo com os planos organizados na Diretoria Geral de Obras e Viação e nesta data aprovados.

Art. 2º A parte da faixa aterrada compreendida entre o prolongamento da Avenida Rio Branco e o extremo do lado do morro da Glória, será única, exclusiva e irrevogavelmente aproveitada para a construção de um parque.

O primeiro ponto de atenção é a preocupação, em dispositivo legal, com a criação de um parque, o que não ocorrera com os projetos anteriores. Tal preocupação adianta um dos embates que se deram na área, que é a necessidade ou não de se reservar terrenos para espaços públicos, como veremos adiante. O segundo ponto é que não houve revogação do projeto que lhe antecedeu; antes, há apenas uma adição para a área do aterro. Isso suscita a seguinte pergunta: por que as duas áreas foram tratadas separadamente?

Um documento que pode auxiliar no levantamento de hipóteses é um projeto de lei apresentado pelo então Conselho Municipal ainda em 1920. Lúcia Silva (2003) destaca que, enquanto Carlos Sampaio sancionava os decretos que aprovaram os projetos de alinhamento

⁸ Ibidem.

para a região, o legislativo municipal abria, à revelia da gestão, concorrência para as empresas que efetivamente executariam a operação de arrasamento do Morro do Castelo e agenciamento dos terrenos resultantes. Em suma, o Conselho aprovaria no projeto de lei⁹ a proposta da firma F. Adamczyck, deixando em aberto a possibilidade de apresentação de outras propostas mais vantajosas por outros empreiteiros; enquanto isso, o prefeito já havia celebrado contrato com a Leonard Kennedy (SILVA, 2003). O projeto de lei previa ainda o seguinte:

Art. 5º Ficarão pertencendo ao concessionário ou empresa que organizar todos os terrenos, prédios e benfeitorias abrangidos pela presente concessão, descontados quarenta por cento (40%) de cada área de terreno obtida pelo desmonte do morro ou aterro, excetuando a área anexa à Ilha das Cobras, que será totalmente entregue ao Governo Federal, os quais serão gratuitamente cedidos pelo concessionário ou empresa que organizar, para abertura de ruas, praças, logradouros públicos e outros fins.

Carlos Sampaio vetou o texto alegando que, apesar dele mesmo se posicionar a favor do arrasamento do Morro do Castelo, o estabelecimento de concessão para terras da marinha exorbitava a competência tanto do Conselho quanto do próprio prefeito, e que para tanto seria necessária oitiva aos “Ministérios da Marinha, da Viação e Obras Públicas e da Fazenda”¹⁰, haja vista que os terrenos eram da União. O veto levantou acusações de negociata¹¹, e foi levado ao Senado, que manteve a proibição levantada pelo executivo municipal, ainda que a empresa de Adamczyck tenha recorrido judicialmente posteriormente, sem sucesso (KESSEL, 2001).

Nesse contexto, é possível que a ocupação da área resultante do aterro tenha se mostrado demasiadamente complexa, inclusive do ponto de vista administrativo e legal, enquanto havia urgência para implementação dos melhoramentos. Entre problemas de dominialidade – o aterro, enquanto área conquistada de faixa de marinha, seria da União – e concessão – a empresa, pelo texto da lei proposta, teria autonomia para apresentar projetos – o poder público pode ter optado por dar prosseguimento pelo menos às deliberações do arruamento referente à área da projeção do morro, que ainda estava por demolir.

Para fins de contextualização, cumpre esclarecer que eventualmente Carlos Sampaio obteve as licenças junto aos ministérios competentes (Ibidem, 2001). Contudo, à medida em que a prefeitura assumiu os riscos da empreitada, realizada inicialmente mediante empréstimo com o Banco Holandez e executada pela empresa Soares & Cia., havia a expectativa de que os terrenos do Castelo – aterro e morro – fossem alienados para custear a operação (Ibidem, 2001). Efetivamente, em meados de 1921 as demolições estavam curso de maneira morosa, com

⁹ Projeto de Lei nº 83 B, de 1920. Ver parte das discussões de ementa no **Jornal do Commercio**, ed. 315, 12/11/1920, p. 11.

¹⁰ **Collecção de Leis Municipaes e Vetos**, ed. 44, 1921, p. 517.

¹¹ A Crise e o Governo. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: ed. 8153, 29/06/1921, p. 2.

métodos mecânicos; eventualmente, com suplementação orçamentária, a prefeitura rescindiu o contrato da Soares & Cia. e firmou contrato com a firma Kennedy & Co., que implementou o arrasamento por jatos d'água (Ibidem, 2001). Desse modo:

- a) Os projetos que vimos até agora foram promulgados antes da efetiva demolição do Morro.
- b) É possível que ainda não se soubesse a área total a ser formada pelo aterro. Em conferência no Clube de Engenharia em 1920, mencionam-se 200 m² (MOREIRA, 1920); já o projeto de lei vetado menciona 300 m², e Lúcia Silva (2003) indica que propostas feitas por empreiteiras previam área maior do que a estabelecida pela municipalidade. Essas divergências inclusive se refletem no contorno do aterro nos projetos aqui estudados, que variam para cada proposta. Tais incertezas também podem ter colaborado para a promulgação de projetos de alinhamento primeiro para a área sob a projeção do morro, para só então ser tratada a área de aterro¹².

O contexto muda substancialmente quando Alaor Prata (1922-1925), ao ascender ao cargo de prefeito, paralisa a parcela final da demolição do Castelo, que não havia sido completada, devido à situação financeira que encontrou nos cofres públicos ao assumir (SILVA, 2003). Na gestão, não houve continuidade do PAA 1.398 aprovado por Sampaio: ainda no primeiro ano de seu mandato, foi ratificado um novo Projeto de Alinhamento 1.489 (figura 9), por força do Decreto nº 1.826¹³, de 13 de novembro de 1922, o quarto na linha de sucessão, no qual, apesar das ideias principais permanecerem, o arruamento proposto difere substancialmente do anterior. Vemos, por exemplo, a persistência de grandes quadras na antiga projeção do Morro do Castelo; a grade é pontuada por uma praça de dimensões reduzidas, e a regularidade ortogonal assume o protagonismo da área, com exceção de duas ruas enviesadas que fazem a concordância com o tecido antigo. Esse tecido ortogonal dá continuidade à Avenida Rio Branco, que passa a terminar junto ao mar em uma praça que ali permaneceu em projetos futuros, inclusive o Plano Agache de 1930, já com o nome Porta do Brasil.

Por outro lado, a abordagem adotada para a área do aterro apresenta franca distinção em relação ao restante da área projetada. Apesar da repetição da malha ortogonal, ali existe um forte gesto em direção ao mar na medida em que se estabelecem eixos que acentuam a vocação monumental da praça que estava prevista para a região do Calabouço. Tais eixos são

¹² Esta pesquisa não encontrou referências precisas sobre a área final do aterro resultante do arrasamento do Morro.

¹³ **Jornal do Brasil**, ed. 272, 14/11/2022. A fonte traz menção indireta à Lei, cuja redação *ipsis litteris* não foi possível localizar.

diferenciados das demais vias através de clara hierarquia atrelada às suas larguras mais generosas, e concorrem para formar uma composição que atende às demandas de estabelecimento de marco simbólico e simétrico de influência acadêmica das Belas Artes.

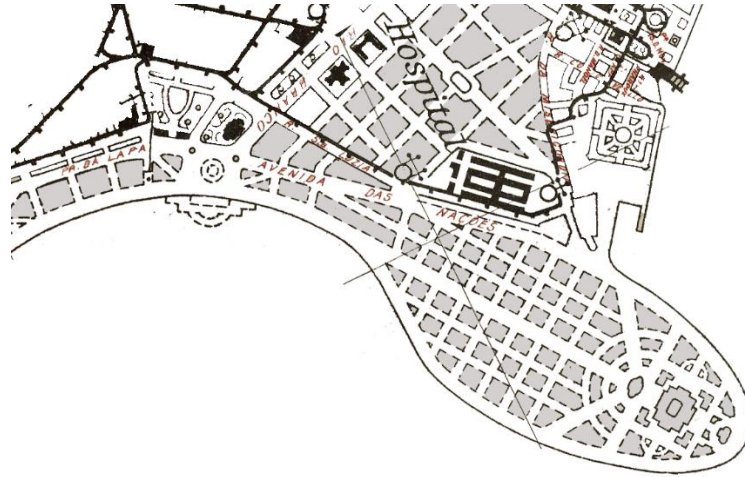


Figura 9: Projeto de Alinhamento nº 1.489, de novembro de 1922. **Fonte:** Biblioteca Nacional, referência cart528552, com modificações de Thiago Fonseca.

Ainda outro aspecto é digno de atenção. A proposta, preocupada com a construção de pontos simbólicos, lança algumas estátuas na região – uma para o Barão do Rio Branco no final da Av. Rio Branco; outra para Pereira Passos no recorte extremo, já próximo à Glória; um novo obelisco próximo ao conjunto monumental no fim da Av. Rio Branco. A única definição de edifício é a quadra que se localiza na parte principal de entroncamento de ruas no aterro, e seria reservado para o Ministério da Marinha: teriam as negociações referentes ao terreno de Marinha ensejado primazia da repartição correspondente no aproveitamento da área?

O projeto, por sua vez, também teve validade curta. Alar Parta instituiu no segundo semestre de 1923 uma comissão com o objetivo de elaborar um plano geral para a cidade; para tanto, convidou sociedades técnicas civis a participarem, o que resultou na indicação de Adolfo Morales de Los Rios pela Sociedade Central de Architectos; Paulo de Frontin pelo Club de Engenharia e Gastão Bahiana pelo Instituto Brasileiro de Architectos¹⁴. Em tal comissão, percebe-se a consolidação da ideia de uma aproximação mais ampla da metrópole: seria necessária “ação oficial regulamentando e determinando o conjunto de um plano geral de melhoramentos, depois convertido em lei afim de que todos os governos o obedeçam e não tenha a sua existência limitada apenas à gestão do nosso ilustre governador”¹⁵. Contudo, na prática, a aproximação do território se deu de maneira fragmentária mediante etapas de acordo

¹⁴ **Jornal do Commercio.** Rio de Janeiro: edição 232, 23/08/1923, p. 5.

¹⁵ **Architectura no Brasil: Engenharia, Construção.** Rio de Janeiro: ano II, vol. IV, n. 22, julho de 1923, pp. 71-74.

com a seguinte ordem de prioridade: definição das diretrizes para o Saco da Glória; para a área arrasada do antigo Morro; para a área de aterro¹⁶. Tal abordagem pode ser explicada por uma série de disputas e tensões no centro da cidade, inclusive:

(...) os numerosos casos envolvidos em pleitos e decisões judiciárias que mantêm posses, talvez secularmente; com acórdãos e permutas administrativas anteriores; com propriedades da Nação cujas áreas se projetam nas planícies agora formadas; com aquisições já feitas por terceiros; com pedidos de licenças para edificar ou reformar prédios nas ruas possivelmente atingidas pelos novos traçados; com a necessidade de recuar dos mesmos, de imissão de posse em outros e desapropriar totalmente, em alguns casos, não era problema, que pudesse comportar um concurso de planos de urbanização cujo programa por todos esses motivos teria forçosamente de receber modificações (...)¹⁷

As conferências iniciais da comissão levaram ao entendimento de que a área ajardinada definida pelo Decreto nº 1.551, referente ao PAA 1.398 (figura 8), poderia ser mais bem aproveitada por edificações – tese defendida por Morales de los Rios – e que o aterro teria condições de comportar um parque de grandes proporções¹⁸. Essas ideias se desenvolveram, posteriormente, no sentido de compor grande praça, sugerida por Paulo de Frontin, ligando os eixos da Av. Rio Branco, Mem de Sá (e seu prolongamento na Rua Teixeira de Freitas, que seria alargada) e Rua Luís de Vasconcelos¹⁹. De forma semelhante, também Gastão Bahiana fez proposições para a região, e particularmente a referente ao aterro pode ser vislumbrada na figura 10, que mantém a proposta de um grande parque nas adjacências do Calabouço e um recorte com áreas edificadas compostas por simples tecido de vias ortogonais. Ficou a cargo de Morales de los Rios compor plano articulando as propostas de cada um dos três profissionais²⁰.

Apesar do desejo de articulação entre as diretrizes propostas por Morales de los Rios, Paulo de Frontin e Gastão Bahiana, não houve consenso em relação às áreas livre junto à conexão da Glória, sobretudo em relação à grande praça proposta por Frontin: “esta é a parte monumental que entra nas cogitações técnicas deste momento e que parecem atormentadas pela crise de ideias”²¹. O impasse se confirma em uma chamada da edição 14.266 do jornal O Paiz, de 11 de novembro de 1923, que noticia uma reunião da equipe no dia anterior: “como nas demais vezes, nada ficou deliberado em definitivo”. Enquanto isso, havia pressão para liberação

¹⁶ **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: edição 232, 23/08/1923, p. 5.

¹⁷ **A Noite**. Rio de Janeiro: edição 4392, 18/02/1924, p. 2.

¹⁸ **A Noite**. Rio de Janeiro: edição 4216, 21/08/1923, p. 2.

¹⁹ **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: edição 8963, 23/09/1923, p. 2. Matéria posterior do mesmo periódico, na capa da edição 8982, de 12/10/1923, sinaliza que a ideia de uma praça no local já havia sido suscitada pelo engenheiro A. Lima; consta imagem de má qualidade na edição.

²⁰ **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro: edição 236, 03/10/1923, p. 12.

²¹ **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: edição 8982, 12/10/1923, p. 1.

da área sob a projeção do antigo morro em função "das diversas desapropriações a decidir ou por pedidos recentes de licenças para obras nessas paragens"²².



Figura 10: Projeto de Alinhamento 1.515 (parte pontilhada em vermelho), de dezembro de 1923, e proposta de Gastão Bahiana para a área do aterro. **Fonte:** *Architectura no Brasil - Engenharia, Construção*. Rio de Janeiro: ed. 24, 1923, com modificações de Thiago Fonseca.

Se essa era a conjuntura em novembro, logo no mês seguinte o PAA 1.515 (figura 10, pontilhado em vermelho) foi aprovado como uma forma de dar retorno às pressões existentes para a área, ainda que não houvesse consenso em relação às diretrizes a serem adotadas no aterro. Nesse contexto, um projeto de alinhamento aprovado propiciaria o avanço das discussões sobre a alienação dos terrenos do Castelo em uma época de austeridade após as comemorações do Centenário, bem como responderia à especulação imobiliária e aos agentes interessados na região.

No PAA 1.515 há uma mudança de paradigma: as vias de maior interesse simbólico, aqui representadas pelas diagonais de largura avantajada que quebram a monotonia da grade ortogonal, tornam a trazer a centralidade para as proximidades do tecido já existente. O projeto parte de uma profunda afinidade das quadras formadas pela Av. Rio Branco, que ordena a composição de tecido coeso. Nesse recorte, uma das preocupações da comissão foram as conexões com a cidade existente, e a planta foi elaborada “naturalmente das posições relativas dos diversos elementos preexistentes”²³ através do estabelecimento de vias paralelas e ortogonais, com a ressalva de que o Hospital da Santa Casa, o qual, em que pese não poder ser

²² **A Noite**. Rio de Janeiro: edição 4259, 06/10/1923, p. 7.

²³ **Architectura no Brasil: Engenharia, Construção**. Rio de Janeiro: a. II, v. 4, nº 24, pp. 158-160.



removido àquela época, deveria ser eventualmente transferido para local de melhor conveniência. Dentre os projetos de alinhamento, esse é o primeiro promulgado depois do término do arrasamento definitivo do Morro do Castelo.

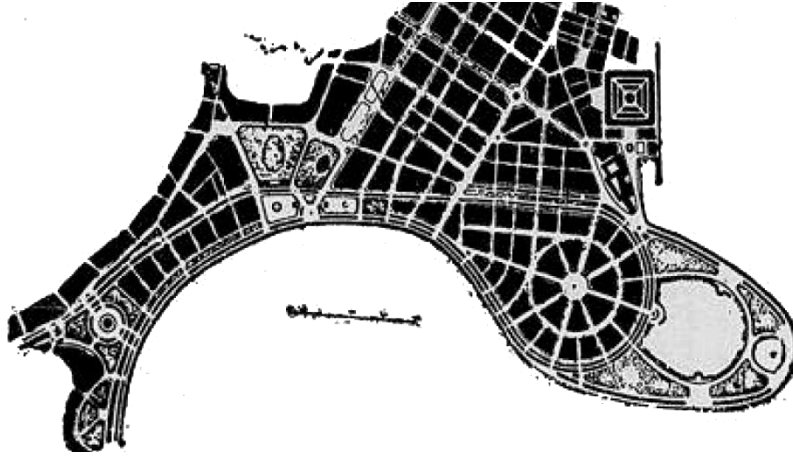


Figura 11: Projeto de Alinhamento 1.528, de abril de 1924. **Fonte:** Architectura no Brasil - Engenharia, Construção. Rio de Janeiro: ed. 25, 1925, “Melhoramentos da Capital Federal”.

Em fevereiro de 1924, foi publicada matéria²⁴ que demonstra o estabelecimento do entendimento da comissão para o aterro com a criação de um bairro edificável de características radiais e um grande parque na península. De fato, no primeiro semestre de 1924²⁵ seria aprovado um arruamento para a área do aterro, que se estabeleceu através do PAA 1.528 (figura 11). Mantidas as disposições do PAA anterior, é criada uma rede de logradouros em círculos concêntricos no Calabouço, cujas radiais convergem para uma praça, criando grande rótula nos moldes da Place de l’Étoile. O desenho resultante, portanto, apresenta forte filiação da matriz francesa de urbanismo, e não pretere a necessidade de manutenção de áreas livres no perímetro aterrado, que seriam agenciadas mediante concurso público.

Os concursos sugeridos pela comissão foram levados a cabo pela Prefeitura e se dividiram em três: um para praça prevista no sopé do Morro da Glória; outro para praça prevista no final da Av. Rio Branco, presente na concepção da região desde o PAA 1398, de 1921; e, finalmente, o grande parque da área aterrada, que deveria respeitar a vista da Serra dos Órgãos a partir do Flamengo²⁶. Nenhuma proposta foi selecionada para as praças da Glória e para o final da Av. Rio Branco²⁷, e eventualmente agenciamento foi idealizado e aprovado por outros meios. Neste momento da pesquisa, não há clareza se tais paisagismos aprovados (ver Praça da Glória na figura 12) foram elaborados pela comissão ou por outros profissionais.

²⁴ **A Noite**. Rio de Janeiro: edição 4392, 18/02/1924, p. 2.

²⁵ REIS (1977) nos informa que o projeto não tem data, e o material disponível na SMU não indica nem decreto de aprovação, e nem data. Contudo, a cópia é de abril de 1923.

²⁶ **A Noite**. Rio de Janeiro: edição 4392, 18/02/1924, p. 2.

²⁷ **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: edição 9203, 16/05/1924, p. 2.

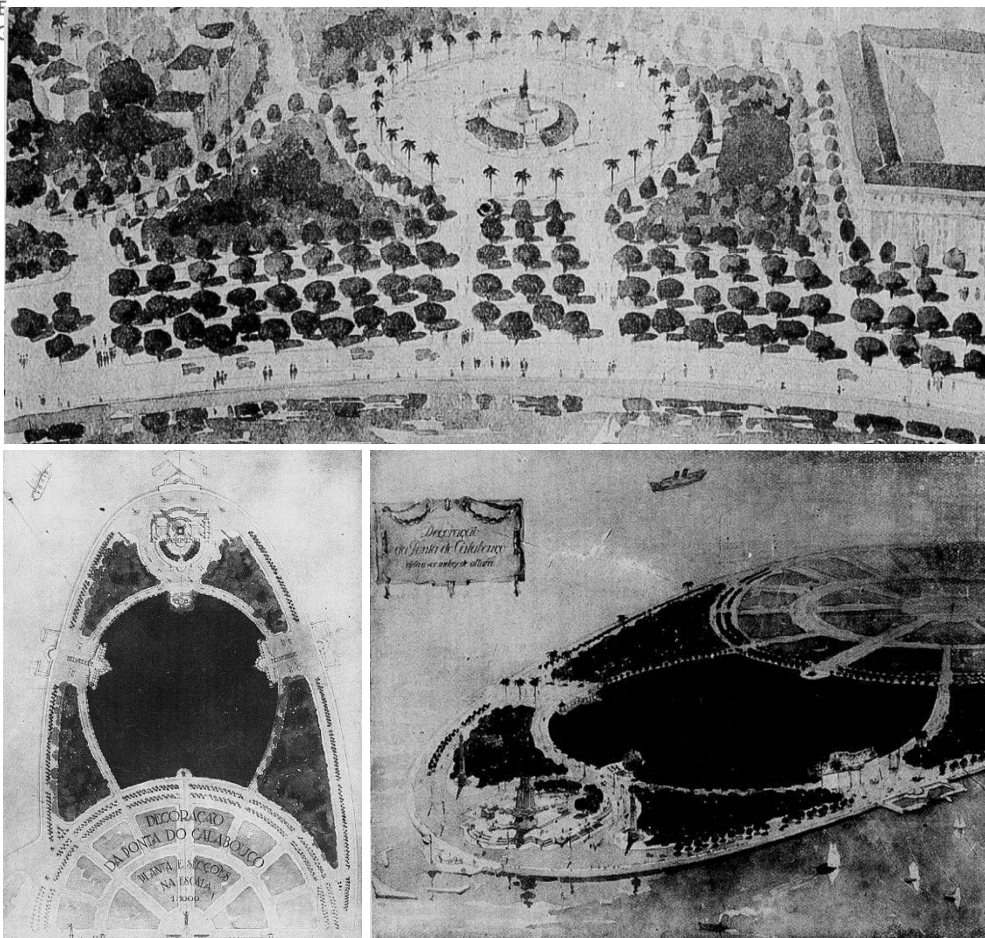


Figura 12: (acima) Proposta de ajardinamento da Praça da Glória. **Fonte:** Architectura no Brasil – Construcção, Engenharia. Rio de Janeiro: a. III, v. 5, nº 25, ago/1923, p. 14. **Figuras 13 e 14:** (abaixo) Proposta de ajardinamento do Calabouço, de Cortez e Bruhns. **Fonte:** Revista da Semana. Rio de Janeiro: ed. 23, 1924, p. 7 e 15 (respectivamente).

Para o grande parque ajardinado do aterro, a única classificada foi a proposta do escritório Cortez & Bruhns (BRUHNS, 1923), cuja planta e perspectiva final podem ser vistas nas figuras 13 e 14. Em relação às intenções do projeto, no memorial demonstram-se as preocupações típicas dos planos de melhoramentos mescladas a uma visão mais abrangente dos problemas da urbe:

Prever, “enquanto é tempo”, o arruamento dos bairros novos, ligá-los por avenidas largamente traçadas, deixar espaços livres suficientes, reservar localização para os serviços indispensáveis à coletividade, tais as questões que, obedecendo sempre ao caráter estético - estão a exigir uma solução larga e bem orientada do governo municipal (BRUHNS, 1923)

Apesar dos projetos promulgados e do concurso, entre 1925 e 1926 a Prefeitura abriu leilão para a venda dos terrenos do Castelo e, para a contrariedade dos planos aprovados, colocou à venda também os espaços que deveriam ser livres. A estratégia, no entanto, conforme matéria da Revista da Semana²⁸, fracassou, e não houve possíveis arrematantes. Sobre isso, o

²⁸ **Revista da Semana.** Rio de Janeiro: edição 11, 06/03/1926.

periódicos, e as discussões se intensificam nos círculos civis. Os debates levados a cabo amadureceram a compreensão da necessidade de um plano geral para a cidade:

Além disso, devendo-se à ausência de um plano geral de melhoramentos que presidisse e bem orientasse à expansão desta Capital, ela se desenvolveu de modo irregular, se espalhou ao capricho do acaso [...]

Ruas e avenidas se foram abrindo sem se cuidar prévia e suficientemente do seu calçamento, do seu esgoto e de sua limpeza sistemática. Abstraiu-se integralmente, nas quadras novas, de regular a fragmentação dos terrenos. Em consequência encontra-se água estagnada em muitos pontos, falta de água, de esgoto e de limpeza em muitos logradouros, ausência de ventilação no interior dos lotes, não permitindo hoje a renda da Prefeitura, nem que fosse duas vezes maior, melhorar e corrigir tal estado das coisas.

Do que vale a Saúde Pública exigir continuamente obras de asseio nos edifícios da parte baixa e menos irregularmente construídos, se nos lugares elevados da cidade, onde as favelas se multiplicaram, não há água ou se há, - a sua quantidade é insuficiente, e se em tais pontos não se dá vasão à que já foi servida? (GODOY, 1943, p. 158 – grifos meus)

A consolidação da demanda de um plano geral protagonizou o nascente meio urbanístico carioca, que criticava as intervenções e pontuais de caráter fragmentado. Os variados projetos aqui apresentados, apesar da pretensão de um recorte territorial mais amplo por parte da Prefeitura e da comissão, repetem esse *modus operandi*, e a profusão das propostas aprovadas, substituídas e revistas pela municipalidade não contribuíram para a credibilidade do poder municipal no que diz respeito às soluções urbanas. Nesse sentido, apesar de pouco presente nos periódicos do período, as intensas pressões para especulação, desejo de adensamento, problemas de propriedade e questões financeiras do poder público confluíram para o descarte sucessivo dos projetos de alinhamento, o que levantou críticas dos profissionais arquitetos e engenheiros durante a década de 1920.

Contudo, nem a posterior consolidação de convergência em relação à necessidade de um plano geral foi suficiente para garantir uma ocupação coesa da área do Castelo. Em 1930, foi publicado o Plano Agache, precedido da aprovação dos PAA's 1.791 e 1.805 em 1928, que convencionaram o arruamento da área sob a projeção do antigo Morro e do aterro (FONSECA, 2019). A proposta, contudo, foi descontinuada, e em 1938, mediante o PAA 3085, foram lançados novos balizamentos para ocupação da área sob o morro, enquanto o aterro foi ocupado pelo Aeroporto Santos Dumont (Ibidem). Eventualmente, o Elevado da Perimetral foi construído da década de 1960, e demolido nos anos 2010; também na década de 1960 foi construído o Parque do Flamengo, que alterou o desenho da linha do aterro do Calabouço.

Do ponto de vista da morfologia urbana, dos projetos de alinhamento aqui apresentados poucas coisas permaneceram nas propostas posteriores e efetivamente quase nada pode ser identificado no território. Até que fossem ratificados os projetos de alinhamento que colocaram

parcialmente em prática o Plano Agache, a última proposta investigada neste trabalho, o PAA 1.515, não foi levado a cabo, e até 1928 a região do Castelo permaneceu esvaziada. Boas e Segre (2007) destacam que a ideia de uma praça no final da Av. Rio Branco permaneceu no Plano Agache, ainda que não tenha sido efetivamente construída. De forma semelhante, a estratégia de criação de uma grande avenida no local identificado na figura 10 como Rua São Gonçalo (atual Av. Almirante Barroso), bem como a manutenção de malha ortogonal nos quarteirões próximos à Av. Rio Branco, permaneceram e se traduziram no Plano Agache.

Por outro lado, do ponto de vista conceitual, há uma relação de continuidade entre os projetos do recorte 1920-1926 e a atualidade: ainda no século XXI permanece a política de gestão fragmentária do espaço urbano em função das pressões econômicas, políticas, de mercado e imobiliárias.

REFERÊNCIAS

BARREIROS, Eduardo Canabrava. **Atlas da Evolução Urbana da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1965,

BOAS, Naylor Barbosa Vilas. **A Esplanada do Castelo: Fragmentos de uma história urbana**. 2007. 178 p. Dissertação (doutorado em Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Universidade federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (pp. 110-121 e 140-154). Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=72228; acesso em 26/10/2020.

BOAS, Naylor Barbosa Vilas; SEGRE, Roberto. Os caminhos projetuais até Agache: propostas para ocupação da Esplanada do Castelo no Rio de Janeiro (1920-1928). in: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR). 12., 2007, Belém. **Anais...** Belém: Universidade Federal do Pará, 2007. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1249>; acesso em 10/09/2023.

BRUHNS, Angelo. Melhoramentos da Capital Federal. **Arquitetura no Brasil - Engenharia, Construção**. Rio de Janeiro, edição 25, novembro de 1923, pp. 13-15.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história**. 2. ed. rev. São Paulo: Ática, 2003 (pp. 328-338).

FONSECA, Thiago Santos Mathias da. **Permanências do Plano Agache: discussão, formação e prática da disciplina de Urbanismo no Rio de Janeiro (1927-1945)**. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2019, 262 pp.

GODOY, Armando Augusto de. **A Urbs e os seus Problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio – Rodrigues & Cia, 1943.



KESSEL, Carlos. **A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio**. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204430/4101436/a_vitrine_e_o_espelho.pdf; acesso em 29/10/2023.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 4 ed., 2007, pp. 79-111 e 231-281.

MOREIRA, Alfredo Lopes da Costa. Remodeção da Cidade. In: **O Jornal**. Rio de Janeiro: ed. 383, 05 de julho de 1920, p. 6.

PEREIRA, Margareth da Silva. Pensando a metrópole moderna: os planos de Agache e Le Corbusier para o Rio de Janeiro. In: PECHMAN, Roberto; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (orgs.). **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, pp. 363-376.

PIMENTEL, Leticia Von Krüger. **Estudo de embasamento: morfologia urbana da área de entorno dos bens tombados Museu Histórico Nacional, Santa Casa da Misericórdia & Igreja do Bonsucesso para definição de parâmetros de ocupação do terreno do antigo Salão de Festas da Exposição de 1922, atual Praça Antenor Fagundes**. Rio de Janeiro: 28 de setembro de 2016. Documento disponível no arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro-RJ (referência: processos 01500.005425/2019-60 e 01500.003739/2016-71).

REIS, José de Oliveira. **Rio de Janeiro e seus Prefeitos: Projetos de alinhamento**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, volumes 1-2 (Projetos de Alinhamento) e volume 4 (Evolução Urbanística da Cidade), 1977.

RIBEIRO, Fernanda de Azevedo. A Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil de 1922 e a cidade do Rio de Janeiro: suas representações nas mídias. in: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. 15., 2018, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/83080.pdf>; acesso em 08/09/2019.

SANTOS, Rafael Fernandes dos. **Situação atual e perspectivas de desenvolvimento da Área de Planejamento 3 da Cidade do Rio de Janeiro**. 2012. 103p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana. Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro. (págs. 24 e 25). Disponível em: http://www.urb.puc-rio.br/dissertacao/dissertacao_rafael_fernandes.pdf; acesso realizado em 26/10/2019.

SILVA, Lúcia. A trajetória de Alfred Donat Agache no Brasil. In: PECHMAN, Roberto; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (orgs.). **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, págs. 397-410.

_____. **História do Urbanismo no Rio de Janeiro: Administração Municipal, Engenharia e Arquitetura dos anos 1920 à Ditadura Vargas**. E-papers: Rio de Janeiro, 2003.